

5. Anexo às demonstrações financeiras

Nota Introdutória

As notas que a seguir se apresentam visam contribuir para um melhor entendimento dos mapas de prestação de contas de acordo com a NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras.

Assim, a esquematização seguida respeita o Modelo Único de Prestação de Contas das Entidades Públicas, salvo as notas não aplicáveis para o presente exercício.

Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

A informação relativa à entidade, o período de relato e o referencial contabilístico adotado na preparação das demonstrações financeiras encontra-se no ANEXO I.

Os valores constantes nas demonstrações financeiras a 31/12/2022 são comparáveis com os valores a 31/12/2021, exceto quanto às rubricas de Ativo Fixo Tangível, Clientes, Contribuintes e Utentes e Resultados transitados devido à correção de erros materiais efetuados no presente exercício.

As quantias comparativas das rubricas objeto de correção de erros materiais referidos supra, foram reclassificadas no Balanço e na Demonstração de Resultados, pelo que, nas notas às respetivas rubricas constantes do anexo é feita menção às respetivas correções efetuadas, julgando assim, cumprir a necessidade de prestação de informação apropriada para uma correta leitura das demonstrações financeiras.

O quadro seguinte apresenta a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Quadro 1.1 – Desagregação de Caixa e depósitos

Conta	2022	2021
Caixa	40 063,06 €	35 280,54 €
Depósitos à ordem	1 756 318,02 €	1 584 583,50 €
Depósitos à ordem no Tesouro	0,00 €	0,00 €
Depósitos bancários à ordem	1 756 318,02 €	1 584 583,50 €
Depósitos a prazo	0,00 €	0,00 €
Depósitos consignados	195 706,80 €	327 373,08 €
Depósitos de garantias e cauções	492 904,61 €	522 436,40 €
Total de caixa e depósitos	2 484 992,49 €	2 469 673,52 €

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de Setembro e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo.

No ano 2022 o Município procedeu à compatibilização do Património com as alterações decorrentes da entrada em vigor do SNC-AP, nomeadamente os bens que ainda constavam com vidas úteis superiores a 100 anos.

Ativos intangíveis

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

Participações financeiras

A participação financeira da entidade controlada Interminho- Soc. Gestora Parques Empresariais, E.M, foi valorizada pelo método de equivalência patrimonial.

As restantes participações financeiras são mensuradas pelo seu custo.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Acréscimos e Diferimentos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos contabilisticamente no momento em que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização do exercício.

Dividas a receber e a pagar

As dívidas a receber são mensuradas inicialmente pelo justo valor e, subsequentemente, mensuradas ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade acumulada, para que estas reflitam o valor realizável líquido à data de relato.

As dívidas a pagar são mensuradas inicialmente pelo justo valor da contraprestação e mensuradas subsequentemente ao custo amortizado.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido. Foi adotado o custo médio ponderado, em que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período de relato e do custo de itens semelhantes comprados durante esse período.

Benefícios aos Empregados

Os benefícios aos empregados considerados como despesas correntes incluem remunerações certas e permanentes, abonos variáveis ou eventuais, contribuições e outros encargos para a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e outros encargos sociais.

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Foi utilizada a estimativa do risco fornecida pelo Advogado, sendo que o respetivo valor engloba o valor do processo, custos judiciais e juros compensatórios.

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, é provável que seja exigido um exfluxo de recursos e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

O passivo contingente não é reconhecido, mas divulgado (exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço).

Relativamente aos ativos contingentes, estes apenas são divulgados e não reconhecidos (quando seja provável a existência de um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviços).

Rendimentos e Gastos

Os rendimentos são mensurados pelo justo valor da contraprestação recebida ou que se espera receber.

O principal aspeto na contabilização do rendimento é determinar quando se deve reconhecê-lo. Como tal, este é reconhecido quando for provável que derivem para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Os gastos são mensurados pelo custo de aquisição dos bens ou serviços.

Rendimentos de transações com e sem contraprestação

O principal aspeto na contabilização do rendimento é determinar quando se deve reconhecê-lo. Como tal, este é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Uma transação com contraprestação é aquela em que a entidade recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos, e dá em troca à outra parte um valor aproximadamente igual. Por outro lado, numa transação sem contraprestação, uma

entidade ou recebe valor de uma outra entidade sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual, ou dá valor a uma outra entidade sem receber diretamente em troca valor aproximadamente igual. Na distinção dos rendimentos deve ser considerada a substância das transações em vez da sua forma.

Os rendimentos são mensurados pelo justo valor da contraprestação recebida ou que se espera receber à data de aquisição.

Custos dos Empréstimos

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que são suportados independentemente de como esses empréstimos são aplicados, de acordo com o regime de acréscimo.

Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, isto é, um ativo que necessita de um período substancial de tempo para ficar disponível para o uso pretendido ou para venda, são capitalizados como parte do custo desse ativo quando for provável que deles resultem benefícios económicos futuros ou potencial de serviço para a entidade e os custos possam ser mensurados com fiabilidade.

Outras políticas contabilísticas consideradas relevantes

A preparação das demonstrações financeiras teve em consideração os seguintes princípios:

1 - Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas com o pressuposto de que a Câmara Municipal de Valença continuará a sua atividade.

2 - Regime do Acréscimo ou da Periodização Económica

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

3 - Consistência de Apresentação

As demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem.

4 - Materialidade e Agregação

Uma informação é materialmente relevante se influenciar as decisões económicas, com base nas demonstrações financeiras, tomadas por parte dos seus utilizadores.

5 - Compensação

Os ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos, não devem ser compensados.

6 - Informação Comparativa

As demonstrações financeiras devem permitir uma análise comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa deve ser incluída na informação narrativa e descritiva a constar em nota às demonstrações financeiras quando for relevante para a compreensão das demonstrações financeiras do período corrente. A informação comparativa foi divulgada em observação ao período anterior para as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Erros materiais de períodos anteriores

- **Clientes, contribuintes e utentes**

Em 2022 foi realizada correção de um erro relativo à constatação e aferição de saldos que se encontravam com indícios de imparidade em exercícios anteriores, correção essa que motivou a reexpressão comparativa no balanço e DR.

- **Outras contas a Receber**

Em 2022 foi realizada correção de um erro relativo à constatação e aferição de saldos que se encontravam com indícios de imparidade em exercícios anteriores, correção essa que motivou a reexpressão comparativa no balanço e DR.

- **Ativos fixos tangíveis**

No ano 2022 o Município procedeu à compatibilização do Património com as alterações decorrentes da entrada em vigor do SNC-AP, nomeadamente os bens que ainda constavam com vidas úteis superiores a 100 anos.

De seguida apresenta-se o quadro síntese dos valores reexpressos no ano 2021:

Quadro 2 - Reexpressão retrospectiva					
	31-12-2021 aprovadas	Variações Positivas	Variações negativas	Notas	31-12-2021 (Reexpresso)
Balanço					
Ativos fixos tangíveis			1 591 932,14 €		
Ativos fixos tangíveis	50 790 055,20 €		1 391 584,55 €	A	49 398 470,65 €
Clientes, contribuintes e utentes	365 668,83 €		119 082,38 €	B	246 586,45 €
Outras contas a receber	3 314 540,25 €		81 265,21 €	C	3 233 275,04 €
Capital Próprio			1 591 932,14 €		
Resultados transitados	3 925 853,88 €		1 474 040,53 €	D	2 451 813,35 €
Resultado líquido do período	622 473,93 €		117 891,61 €	E	504 582,32 €
Demonstração de Resultados		-117 891,61 €			
Imparidades	-3 274,75 €	-3 811,41 €		F	-7 086,16 €
Amortizações	-1 987 012,34 €	-114 080,20 €		G	-2 101 092,59 €

A – Variação negativa na rubrica de AFT devido à compatibilização das vidas uteis de itens do AFT que estavam a ser de praticados a taxas às quais correspondiam vidas uteis superiores a 100 anos. A compatibilização realizada atendeu à correspondência com o CC2, pelo que o movimento de correção respetivo implicou uma regularização nas amortizações acumuladas por via de Resultados Transitados, pelas depreciações praticadas até ao ano reexpreso de 2021.

B – Variação negativa na rubrica de Clientes, Contribuintes e Utentes devido a erro na avaliação da existência de perdas por imparidade em anos anteriores.

C – Variação negativa verificada na rubrica de Outras Contas a receber motivada pela correção de erro na avaliação da existência de perdas por imparidade em anos anteriores.

D – Variação negativa corresponde à correção das depreciações acumuladas, devida pela prática de taxas de depreciação incompatíveis com a aplicação do SNC-AP, conforme referido na alínea a), à correção referida em b) e c), nomeadamente, pela correção de erros de avaliação de eventos de imparidade me dívidas a receber de Clientes, Contribuintes e Utentes e em Outras contas a receber.

E – Diminuição do RLP devido às depreciações do exercício de 2021 corrigidos no âmbito da correção evidenciada em a) ; Diminuição do RLP devido às perdas por imparidade em Clientes, Contribuintes e Utentes e em Outras Contas a Receber, relativas ao exercício de 2021;

F – Variação na rubrica de Imparidades no âmbito da Correção evidenciada nas alíneas b) e C).

G – Variação na rúbrica de Imparidades no âmbito da correção evidenciada nas alienas b) e C).

Nota 3 – Ativos intangíveis

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes.

Quadro 3.1 – Ativos intangíveis- Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas Por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. acum.	Quantia escriturada
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	953 669,77	847 719,58	0,00	105 950,19	993 229,22	900 309,86		92 919,36
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	953 669,77	847 719,58	0,00	105 950,19	993 229,22	900 309,86	0,00	92 919,36

Quadro 3.2 – Ativos intangíveis - quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia Escriturada inicial	Variações								
		Adições	Transferências Internas à Entidade	Reavalorações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do Período	Diferenças cambiais	Diminuições	Quantia Escriturada Final
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	105 950,19	39 559,45	0,00	0,00	0,00	0,00	-52 590,28	0,00	0,00	92 919,36
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	105 950,19	39 559,45	0,00	0,00	0,00	0,00	-52 590,28	0,00	0,00	92 919,36

Quadro 3.2 – Ativos intangíveis – adições

Rubricas	Internas	Compras	Cessão	Transferência ou Troca	Doação, herança, Legado ou Perdão a favor do Estado	Doação em pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, reestruturação	Outras	Adições	
										Adições	Quantia Escriturada Final
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	39 559,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		39 559,45
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	39 559,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39 559,45	

Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, mas sim a recebimentos.

4 – Acordos de concessão de serviços: Concedente

Acordo de Concessão de serviço	Concessionário	Ativo de Concessão	Período de concessão	Valor do Contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Concessão de Gestão e Distribuição de Água e Saneamento	A.D.A.M- Águas do Alto Minho, S.A**	Infraestruturas municipais constituídas por captações da água, estações elevatórias e reservatórios	30 anos	1 494 888,19 €			
Distribuição de energia em Baixa tensão no Município de Viana do Castelo	E- REDES - Distribuição de Eletricidade, S.A		20 anos	Clausula 12 - Encargos da Concessão- Renovação do contrato de concessão			

* Não há lugar a qualquer pagamento, mas sim lugar a recebimentos

** Valor Atualizado em 2022

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo. A autarquia utiliza o método das quotas constantes. De referir que os bens que constam do “Contrato de Cedência de Infraestruturas” à ADAM encontram-se registados no património do município, não tendo sido amortizados pelo município no ano 2020 e seguintes (interrompendo-se assim a depreciação dos mesmos) e o seu valor atual ascende a 66 mil euros.

No ano 2022 o Município procedeu à compatibilização do Património com as alterações decorrentes da entrada em vigor do SNC-AP, nomeadamente os bens que ainda constavam com vidas úteis superiores a 100 anos. Assim foram efetuados os seguintes lançamentos contabilísticos para correção das amortizações.

Lançamentos contabilísticos

Conta	Débito	Crédito
43823		965 703,13 €
43821		303 801,94 €
438029		10 571,46 €
438039		1 399,14 €
438031		42 949,88 €
438025		10 445,66 €
428129		56 713,34 €
564	1 391 584,55 €	
Total	1 391 584,55 €	1 391 584,55 €

Relatório de Gestão e Contas

2022

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

Quadro 5.1 – Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Início do período				Final do período		
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural							
Terrenos e recursos naturais	1 365 869,75	0,00	0,00	1 365 869,75	1 365 869,75	0,00	1 365 869,75
Edifícios e outras construções	15 739 832,06	8 064 760,26	0,00	7 675 071,80	15 558 223,32	8 555 377,76	7 402 845,56
Infraestruturas	22 617 798,66	11 514 600,99	0,00	11 003 197,67	23 745 125,31	12 791 979,86	10 953 145,45
Patrimônio histórico, artístico e cultural	3 688,62	0,00	0,00	3 688,62	15 619,62	0,00	15 619,62
Outros bens de domínio público em curso	1 311 743,82	0,00	0,00	1 311 743,82	434 688,86	0,00	434 688,86
	41 038 932,91	19 679 361,25	0,00	21 359 571,66	41 519 526,86	21 347 357,62	20 172 169,24
Ativos fixos em concessão							
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis							
Terrenos e recursos naturais	4 498 536,04	0,00	0,00	4 498 536,04	4 696 766,04	0,00	4 696 766,04
Edifícios e outras construções	25 809 207,11	1 915 131,02	0,00	23 894 076,09	26 610 486,96	3 465 641,96	23 144 845,00
Equipamento básico	2 947 195,17	2 709 652,32	0,00	237 543,85	3 229 843,68	2 625 954,23	603 889,45
Equipamento de transporte	1 184 149,95	917 135,21	0,00	267 014,74	911 784,14	695 471,01	216 313,19
Equipamento administrativo	793 109,40	491 903,11	0,00	301 206,29	809 985,12	773 518,28	36 466,84
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1 217 381,49	1 077 302,56	0,00	140 078,93	1 269 681,43	1 121 021,31	148 660,12
Ativos fixos tangíveis em curso	92 027,60	0,00	0,00	92 027,60	1 235 173,92	0,00	1 235 173,92
	36 541 607,76	7 111 124,22	0,00	29 430 483,54	38 763 721,29	8 581 606,79	30 082 114,50
Total	77 580 540,76	26 790 485,47	0,00	60 790 555,20	80 243 248,15	30 028 564,41	50 254 281,74

Quadro 5.2 – Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia Escriturada inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferências Internas à Entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Immaterialidade	Depreciações do Período	Diferenças cambiárias	Diminuições	
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	1 365 869,75	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	1 365 869,75
Edifícios e outras construções	7 675 071,80	0,00	218 391,26	0,00	0,00	-490 617,50	0,00	0,00	7 402 845,56
Infraestruturas	11 003 197,67	0,00	1 127 326,65	0,00	0,00	-1 177 378,87	0,00	0,00	10 953 145,49
Patrimônio histórico, artístico e cultural	3 668,62	11 931,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15 619,62
Outros bens de domínio público em curso	1 311 743,82	1 287 853,23	-1 351 681,51	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 741,62	1 235 173,92
	21 359 571,66	1 299 784,23	-15 563,60	0,00	0,00	-1 697 995,37	0,00	-2 741,62	20 972 654,39
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	4 498 536,04	198 230,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 696 766,04
Edifícios e outras construções	23 894 076,09	627 762,88	173 516,97	0,00	0,00	-1 550 610,94	0,00	0,00	23 144 845,06
Equipamento básico	237 543,85	282 474,51	0,00	0,00	0,00	-172 749,05	0,00	0,00	347 442,35
Equipamento de transporte	257 014,74	16 692,69	0,00	0,00	0,00	221 664,20	0,00	-289 058,50	216 313,19
Equipamento administrativo	301 206,29	16 875,72	0,00	0,00	0,00	-25 168,03	0,00	0,00	292 913,96
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	140 078,93	52 299,94	0,00	0,00	0,00	-43 718,75	0,00	0,00	146 660,12
Ativos fixos tangíveis em curso	92 027,60	647 371,96	-304 710,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	434 688,86
	29 430 483,54	1 841 880,70	-131 193,73	0,00	0,00	-1 570 482,57	0,00	-289 058,50	29 281 629,44
Total	10 161 062,50	142 167,33	0,00	0,00	-1 938 478,04	0,00	-2 741,62	-1 646 388,44	8 573 042,54

Quadro 5.2A – Ativos fixos tangíveis – Adições

Quadro 5.2B – Ativos fixos tangíveis – Diminuições

Rubricas	Diminuições					
	Alienação a título Oneroso	Transferência ou Troca	Devolução ou Reversão	Fusão, Cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público em curso	0,00	-1 361 681,51	0,00	0,00	0,00	-1 361 681,51
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	-1 361 681,51	0,00	0,00	0,00	-1 361 681,51
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	-289 058,50	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	-307 452,32	0,00	0,00	0,00	-307 452,32
	0,00	-307 452,32	0,00	0,00	-289 058,50	-596 510,82
Total	0,00	-1 669 132,83	0,00	0,00	-289 058,50	-1 958 191,33

Nota 6 – Locações

O município de Valença tinha em 2022 apenas um contrato de locação financeira, que terminou neste mesmo ano.

Quadro 6.1 – Locações Financeiras – Locatário

Rubricas	Quantia escriturada líquida	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos	Rendas contingentes registadas como gasto no período		
		Período		Acumulado									
		Capital	Juro	Capital	Juro	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total				
Material de Transporte	0,00 €	15 195,14 €	20,57 €	180 206,98 €	3 825,38 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
Total	0,00 €	15 195,14 €	20,57 €	180 206,98 €	3 825,38 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		

Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos

Informação no Anexo II.

Nota 8 – Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no inicio e no final do ano.

Quadro 8.1 – Propriedades de Investimento- Modelo de custo

Rubricas	Quantia Escriturada inicial	Variações								Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferências Internas à Entidade	Depreciações do período	Perdas por Impariedade	Perdas por impariedade	Diferenças cambiais	Diminuições		
Propriedades de Investimento										
Bens de domínio público					0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Terrenos e recursos naturais	198 230,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		198 230,00
Edifícios e outras construções	715 704,88	0,00	147 157,33	-214 276,07	0,00	0,00	0,00	0,00		648 586,14
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Total	913 934,88	0,00	147 157,33	-214 276,07	0,00	0,00	0,00	0,00		848 816,14

Quadro 8.2– Propriedades de Investimento – adições

Rubricas	Adições									Quantia Escriturada Final
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou Troca	Expropriação	Doação em pagamento	Licença Financeira	Fusão, Criação, reestruturação	Outras	
Propriedades de Investimento										
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		147 157,33

Nota 9 – Impariedade de ativos

Informação no Anexo III.

Nota 10 – Inventários

Estão valorizadas ao custo de aquisição, sendo as saídas de armazém – consumos calculados ao custo médio, utilizando-se o sistema de inventário permanente.

Quadro 10.1 – Inventários

Rubrica	Quantia bruta	Impariedade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias		0,00	0,00
Matérias- primas, subsidiárias e de consumo	142 752,91	59 599,06	83 153,85
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
Total	142 752,91	59 599,06	83 153,85

Quadro 10.1 – Inventários- Movimentos do período

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Movimentos no período							Quantia Escriturada Final
		Compras líquidas	Consumos/ gastos	Variações nos inventários da produção	Péndas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias	11 603,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 603,86	0,00	0,00
Matérias-primas, subprodutos e de consumo	111 874,15	167 120,67	188 190,36	0,00	0,00	0,00	21 862,00	14 211,39	83 153,85
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	125 478,01	167 120,67	188 190,36	0,00	0,00	0,00	33 885,46	14 211,39	83 153,85

Nota 13 – Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo descrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento. O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 13.1 – Rendimentos de transações com contraprestação até 31/12/2022

Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido
Taxas, multas e outras penalidades	
Taxas, multas e outras penalidades	636 312,55
Multas e outras penalidades	19 444,66
Vendas	
Venda de bens	6 885,27
Prestação de serviços	
Serviços específicos das autarquias locais	1 002 512,04
Arrendamento	69 143,73
Outros Serviços	3 252,00
Outros rendimentos	
Rendimentos em investimentos não financeiros	781 495,83
Correções relativas a períodos anteriores	170 144,12
Outros não especificados	279 410,83
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	9 426,43
Total	2 978 027,48

Nota 14 – Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com as disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 14.1 – Rendimentos de transações sem contraprestação até 31/12/2022

Tipo de transação sem contraprestação	Rendimento do período reconhecido
Impostos diretos	
Derrama	247 000,00
Imposto municipal sobre Imóveis	1 720 000,00
Imposto Único Circulação	434 975,20
Impostos indiretos	
Impostos indiretos específicos da Autarquia	114,40
Imposto Municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	900 867,31
Transferências e subsídios correntes obtidos	
Estado	8 110 945,61
Serviços e Fundos Autónomos	78 838,90
Instituições sem Fins Lucrativos	42 000,00
Resto do Mundo	484 832,11
Reversões	
De Provisões	79 449,55
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	1 094 891,19
Total	13 193 914,27

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Relativamente às provisões dizem respeito a diversos processos judiciais que se encontram em curso instaurados por diversas entidades ao município de Valença,

tendo sido ajustada a provisão para riscos e encargos para 149.654,04€, suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos que as decisões sejam desfavoráveis ao Município.

Quadro 15.1 – Provisões

Provisão	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições			Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	
Impostos, contribuições e taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	229.103,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	79.449,55	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	229.103,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	79.449,55	0,00	149.654,04

Nota 16 – Diferimentos

A rubrica de diferimentos que figura no balanço com um saldo 1 494 888,19 euros é referente ao montante de rendimento a reconhecer no âmbito da retribuição acionista decorrente do contrato de gestão celebrado com a ADAM. Em 2022 foi reconhecido como rendimento o montante de 13.551,45 Euros.

Nota 17 – Acontecimentos após data de relato

Após a data de relato continuam a verificar-se os efeitos provocados pela guerra na Ucrânia permanecendo as consequências negativas nas economias mundiais e europeias, nomeadamente a inflação elevada.

Foi deliberado em reunião ordinária de Fevereiro de 2023 a consulta para a contratação de um empréstimo de MLP (20 anos) no montante 1. 650.000€ para aquisição do Colégio Português, aguardando decisão da Assembleia Municipal.

Nota 18 – Instrumentos Financeiros

Clientes, Contribuintes e Utentes

Saldo do exercício divulgado no balanço respeita essencialmente a dívidas a receber dos municípios, decorrentes dos serviços municipais prestados pela autarquia.

Durante o exercício de 2022 foram detetadas perdas por imparidade em dívidas a receber de Clientes, Contribuintes e Utentes já reportadas a exercícios anteriores, situação que motivou uma expressão comparativa do saldo da rubrica de 2021,

mostrando-se explanados os efeitos das correções efetuadas na nota de ***Erros materiais de períodos anteriores.***

Outras Contas a Receber

Durante o exercício de 2022 foram detetadas perdas por imparidade em dívidas registadas em outras contas a receber já reportadas a exercícios anteriores, situação que motivou uma expressão comparativa do saldo da rúbrica de 2021, mostrando-se explanados os efeitos das correções efetuadas na nota de ***Erros materiais de períodos anteriores.***

Desta rúbrica faz parte o montante a receber da ADAM no montante de 1 494 888,19 euros devida peça celebração contrato de gestão celebrado.

Nota 19 – Património Líquido

Em 2022 assiste-se a uma variação positiva global de 1 858 752,72 euros face a 2021. Note-se, porém, as regularizações realizadas em 2022 relativas à correção de erros materiais por via de resultados transitados e cujos efeitos estão devidamente plasmados na nota inicial com epígrafe ***Erros materiais de períodos anteriores.***

Variação na rúbrica de Património/Capital no montante de 818 840 euros é relativa, à contabilização no imobilizado do Bairro Social de S. Pedro e Bairro Social de Passos- Cerdal.

Rúbrica	2022	2021 - Reexpresso	Variação
Património/capital	24 063 863,23	23 245 023,23	818 840,00
Ações (quotas) próprias			
Outros Instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas	1 013 239,18	982 115,48	31 123,70
Resultados transitados	3 019 413,10	2 451 813,35	567 599,75
Ajustamentos em ativos financeiros	458 206,50	458 206,50	
Excedente de revalorização			
Outras variações no capital próprio	23 862 656,42	23 122 901,09	739 755,33
Resultado líquido do período	226 016,26	504 582,32	-278 566,06
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total do Património Líquido	52 643 394,69	50 764 641,97	1 878 752,72

Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas

No quadro seguinte indica-se o controlo do Município de Valença na sua participada.

Quadro 20.1 – Divulgações de partes relacionadas – Transações entre partes relacionadas						
Designação	Tipo de Entidade	Sede	Capital Social	Capital Próprio	Participação	% Controlo Directo
Interminho -Sociedade Gestora de parques Empresariais, EM	EM	Av. Miguel dantas nº 69 4930-678 Valenca	350 000,00	1 142 377,22	1 142 377,22	100,00%

A dissolução da participada foi aprovada no exercício de 2013, sendo que até à data a mesma ainda não se concretizou. Em todo o caso, mesmo que venha a concretizar-se no futuro, não são esperadas perdas para o Município.

Quadro 20.2 – Divulgações de partes relacionadas – Listagem de entidades controladas

Entidade Relacionada	Natureza do relacionamento	Transações			
		Preço	Quantia	% no total das transações	Saldo no final do período
Águas do Norte, S.A	Entidade participada	Fornecimento e serviços externos			
Valorminho- Valorização e Tratamento de RSU	Entidade participada	Fornecimento e serviços externos	401 584,94 €	61,25	34 620,29 €
A.D.A.M- Águas do Alto Minho, S.A	Entidade participada	Transferências Correntes- Substituição dos municípios no pagamento de tarifas e consumo da água nos Edifícios e Infraestruturas Municipais	254 081,06 €	38,75	2 542,47 €

Nota 23 – Outras divulgações

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município de Valenca ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.